

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

O crescimento sustentável em longo prazo constitui um desafio crucial para as economias mundiais, especialmente para países em desenvolvimento como o Brasil. Pesquisas recentes nessa área têm enfatizado a importância de aumentar a produtividade de maneira sustentável e de identificar os fatores que influenciam esse crescimento. Especialistas apontam que a produtividade agregada pode ser prejudicada pela má alocação de recursos causada por fatores internos e sistêmicos. Entre esses fatores está a estrutura tributária, com suas consequências para a alocação produtiva eficiente.

Tributos desempenham um papel vital no financiamento de governos e na distribuição de riqueza, contribuindo para o crescimento econômico. Para ser eficaz e justo, um sistema tributário requer equidade, simplicidade, elasticidade, conformidade de baixo custo e eficiência econômica.

No cenário brasileiro, é frequente o debate acerca da adequação da carga tributária ao perfil socioeconômico do país, especialmente em relação à sua estrutura produtiva. Recentemente, a complexidade do sistema tributário também ganhou destaque devido aos seus efeitos potencialmente prejudiciais. Embora os impostos sejam vitais para financiar serviços públicos e investimentos cruciais para o desenvolvimento do país, eles também podem produzir efeitos negativos ao gerar distorções nas decisões econômicas, causando perdas de eficiência. Por isso, é imprescindível analisar os impactos da carga tributária na estrutura produtiva.

João Maria de Oliveira. Propostas de reforma tributária e seus impactos: uma avaliação comparativa. *Carta de Conjuntura* n.º 60 — *Nota de Conjuntura* 1 — 3.º trimestre de 2023. Internet: <ipea.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- Entende-se da leitura do primeiro parágrafo que, nas economias mundiais e especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, a má alocação de recursos resultante de fatores internos e sistêmicos, a exemplo da estrutura tributária, pode causar prejuízo à produtividade agregada.
JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva consiste em uma paráfrase do último período do primeiro parágrafo, acrescida da informação sobre onde ocorre o fato observado.
- No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “e” coordena, por adição, duas orações subordinadas com verbo no infinitivo que complementam o termo “importância”.
JUSTIFICATIVA - Certo. São duas orações subordinadas completivas nominais reduzidas de infinitivo ligadas pela conjunção aditiva e.
- Estariam mantidos os sentidos e a correção do texto caso se substituísse, no segundo período do primeiro parágrafo, “têm enfatizado” por **veem enfatizando**.
JUSTIFICATIVA - Errado. A forma verbal composta “têm enfatizado” é semanticamente equivalente a **vêm enfatizando**, construída com o verbo **vir**. A forma verbal “veem” corresponde à terceira pessoa do plural do verbo **ver**.
- A inserção de uma vírgula imediatamente depois do vocábulo “fatores” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria os sentidos do texto porque, no contexto em questão, a oração que sucede o referido termo é obrigatoriamente restritiva.
JUSTIFICATIVA - Certo. O termo “fatores” está empregado de maneira genérica, sendo a oração adjetiva o seu termo restritivo, ou seja, a oração delimita, especifica, o sentido do termo “fatores”. Observe-se que a oração adjetiva restritiva não pode ser suprimida do texto sem prejuízo de sentido, ao contrário do que ocorre com a oração adjetiva explicativa, que é um mero acréscimo ao termo substantivo ao qual se subordina.
- No trecho “em relação à sua estrutura produtiva” (primeiro período do último parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
JUSTIFICATIVA - Certo. Como o pronome possessivo “sua” pode estar ou não precedido de artigo definido, o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.
- No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “vital” classifica-se como advérbio e expressa, em relação ao termo “papel”, circunstância de modo, denotando a primordial importância desempenhada pelos tributos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O termo “vital” é adjetivo e não advérbio de modo, embora o seu sentido esteja corretamente identificado na assertiva.
- Pela organização das ideias e pela estruturação sintática do primeiro período do segundo parágrafo, entende-se que é a “distribuição de riqueza” que contribui “para o crescimento econômico” das nações.
JUSTIFICATIVA - Errado. A oração no gerúndio resgata o sujeito da primeira oração do período, que é “Tributos”.
- No segmento “Por isso, é imprescindível” (último período do último parágrafo), a flexão da forma verbal “é” na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o sujeito da oração, que é expresso pela oração subsequente.
JUSTIFICATIVA - Certo. O sujeito da oração “Por isso é imprescindível” é a oração seguinte e, com sujeito oracional, o verbo fica na terceira pessoa do singular.

Julgue os itens que se seguem, com base no **Manual de Redação Oficial do TCDF** (2.^a edição).

- 9 Ao se fazer referência a datas na redação de documentos oficiais do TCDF, deve-se optar pelo emprego dos vocábulos dia, mês e ano, escrevendo-se no dia 12 de janeiro em vez de em 12 de janeiro; no mês de fevereiro, em vez de em fevereiro; no ano de 2000, em vez de em 2000.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria a orientação do Manual de Redação Oficial do TCDF, item 2.3, **Procedimentos para redigir textos concisos**: alínea c, segundo a qual dispensa-se, por concisão, o emprego dos substantivos dia, mês e ano nas datas (p. 17).

- 10 É necessário que a redação oficial seja isenta de interferência da individualidade de quem a elabora, portanto é inadequado o emprego dos verbos na primeira pessoa, seja no singular, seja no plural; assim, na elaboração de atos de comunicação, são indevidas construções como informo que ou informamos que.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o Manual de Redação Oficial do TCDF, item 2.6 (Impessoalidade), o emprego da primeira pessoa do plural não afeta a impessoalidade (p. 18 e 19).

Julgue os itens a seguir, com base no que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) a respeito de Internet.

- 11 As contas públicas do Distrito Federal serão disponibilizadas, de maneira permanente, na Internet, nos sítios oficiais do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dispensando-se outros meios de divulgação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Além da divulgação no sítio oficial dos Poderes do DF, as contas públicas anuais devem ser divulgadas também em local próprio da Câmara Legislativa à disposição de qualquer contribuinte, durante sessenta dias, conforme estabelece a primeira parte do § 2.º do art. 80 da LODF.

Art. 80. (...)

§ 2.º As contas públicas do Distrito Federal ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Câmara Legislativa à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação e serão disponibilizadas de maneira permanente, atualizadas mensalmente, nos sítios oficiais na internet do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, recomendando-se a criação de sítios específicos na internet para a publicação permanente das contas públicas, de forma clara e compreensível ao cidadão.

- 12 Os Poderes do Distrito Federal devem publicar, mensalmente, nos respectivos sítios oficiais na Internet, demonstrativo de todas as despesas realizadas por todos os seus órgãos, de forma clara e compreensível ao cidadão.

JUSTIFICATIVA - Certo. É uma das obrigações de transparência pública ativa dos Poderes do DF, cuja observância impositiva está prevista no art. 22, § 3.º, da LODF.

Art. 22. (...)

§ 3.º Os Poderes do Distrito Federal mandarão publicar, mensalmente, nos respectivos sítios oficiais na internet, demonstrativo de todas as despesas realizadas por todos os seus órgãos, de forma clara e compreensível ao cidadão, inclusive os da administração indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, com a discriminação do beneficiário, do valor e da finalidade, conforme dispuser a lei.

- 13 A promoção do direito de acesso à Internet insere-se entre os objetivos prioritários do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Objetivo prioritário do DF previsto expressamente no art. 3º, XIV, da LODF.

Art. 3.º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

XIV promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso.

No que se refere às normas orçamentárias constantes da LODF, julgue os itens subsequentes.

- 14 A instituição de fundos de qualquer natureza depende de prévia autorização legislativa de proposta do Poder Executivo, a qual conterà obrigatoriamente a criação de um conselho de administração.

JUSTIFICATIVA - Certo. Criação de fundos no DF e sua composição administrativa, conforme está previsto no art. 151, IX, e § 4.º, III, da LODF.

Art. 151. São vedados:

(...)

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

(...)

§ 4.º A autorização legislativa de que trata o inciso IX dar-se-á por proposta do Poder Executivo, que conterà, entre outros requisitos estabelecidos em lei, os seguintes:

(...)

III instituição obrigatória de conselho de administração, composto necessariamente de representantes do segmento respectivo da sociedade e de áreas técnicas pertinentes ao seu objetivo;

- 15 Nenhuma despesa de capital cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciada sem prévia inclusão no plano plurianual.

JUSTIFICATIVA - Errado. A obrigação contida no § 1.º do art. 151 da LODF se aplica apenas aos investimentos, e não a todas as despesas de capital.

Art. 151. (...)

§ 1.º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 840/2011, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens a seguir.

- 16 Configuram-se como abandono do cargo de servidor público as faltas injustificadas ao serviço por mais de 40 dias, interpoladamente, no período de 12 meses, ou por mais de 30 dias consecutivos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o artigo 64 da LC 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono de cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) ou inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).

- 17 Uma das condições legais para que servidor público possa afastar-se do cargo ocupado para participar de curso de formação previsto como etapa de concurso público é a expressa previsão do curso no edital do certame.

JUSTIFICATIVA - Certo. O afastamento do cargo para participar de curso de formação exige previsão no edital, nos termos do artigo 162 da LC 840/2011:

Art. 162. O servidor pode afastar-se do cargo ocupado para participar de curso de formação previsto como etapa de concurso público, desde que haja: I expressa previsão do curso no edital do concurso;

II incompatibilidade entre os horários das aulas e os da repartição.

- 18 Quando um servidor público apresenta pedido de reconsideração de ato administrativo, a prescrição é interrompida.
JUSTIFICATIVA - Certo. O pedido de reconsideração interrompe a prescrição, nos termos do artigo 176 da LC 840/2011:
Art. 176. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- 19 Caso o servidor público, no exercício da função, cause dano a terceiro, ele responderá diretamente ao terceiro pelo dano causado.
JUSTIFICATIVA - Errado. No caso de dano causado a terceiros, o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, e não diretamente ao terceiro, nos termos do artigo 183, § 2º, da LC 840/2011:
Art. 183. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.
§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente pode ser liquidada na forma prevista no art. 119 e seguintes na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.
§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responde o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- 20 Se uma sanção disciplinar de suspensão for cancelada dos assentamentos funcionais de um servidor público, ela não poderá ser considerada para efeitos de reincidência.
JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o artigo 201 e seus incisos, da LC 840/2011, a sanção disciplinar cancelada, nos termos do artigo, não pode ser considerada para efeitos de reincidência:
Art. 201. A advertência e a suspensão têm seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, igual ou diversa da anteriormente cometida.
§ 1º O cancelamento da sanção disciplinar não surte efeitos retroativos e é registrado em certidão formal nos assentamentos funcionais do servidor.
§ 2º Cessam os efeitos da advertência ou da suspensão, se lei posterior deixar de considerar como infração disciplinar o fato que as motivou.
§ 3º A sanção disciplinar cancelada nos termos deste artigo não pode ser considerada para efeitos de reincidência.
- 21 Se, em um mesmo dia, um servidor público praticar duas condutas caracterizadas como infrações disciplinares, em que uma delas o sujeite à sanção de advertência e a outra, à de suspensão, as ações disciplinares correspondentes prescreverão no mesmo prazo.
JUSTIFICATIVA - Errado. A ação disciplinar para advertência e suspensão prescrevem em prazos diferentes, nos termos do artigo 208 da LC 840/2011:
Art. 208. A ação disciplinar prescreve em:
I cinco anos, quanto à demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
II dois anos, quanto à suspensão;
III um ano, quanto à advertência.
- Acerca da realidade histórica, geográfica, econômica, social e étnica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.
- 22 Os estudos do Relatório Belcher indicavam uma área para a construção do Distrito Federal com mais de 50 mil km², composta de fazendas sem produção significativa e em cujo perímetro não havia nenhum núcleo urbano.
JUSTIFICATIVA - Errado. Existiam dois núcleos urbanos no interior da área demarcada no referido relatório. Em 1952, o Congresso aprovou a lei que determinava a realização de um estudo conclusivo para a edificação da nova capital. O estudo, conhecido como Relatório Belcher, foi concluído em 1955 e indicava uma área de 52 mil km² para a construção. A área, denominada Sítio Castanho, abrangia os municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia, sendo ocupada somente por fazendas sem produção significativa e dois núcleos urbanos, Planaltina e Brazlândia, somando não mais que 5 mil habitantes dispersos pela região.
- 23 A composição histórica e social do Distrito Federal caracteriza-se por um número expressivo de migrantes e, etnicamente, a população que mora nos limites da capital é majoritariamente branca, segundo dados oficiais.
JUSTIFICATIVA - Errado. A maior parte da população do Distrito Federal é parda, contendo um percentual de 47,5%. A população branca representa 40,9% do total.
- 24 Segundo o último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília possui o maior rendimento domiciliar *per capita* do Brasil.
JUSTIFICATIVA - Certo. Brasília teve, em 2022, o maior rendimento domiciliar *per capita* do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor médio de renda no Distrito Federal foi de R\$ 2.913.
- 25 Por ser marco da arquitetura moderna e do urbanismo, Brasília foi inscrita, na segunda metade da década de 1980, na Lista de Bens do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tornando-se a maior área tombada do mundo.
JUSTIFICATIVA - Certo. Brasília detém a maior área tombada (112,25 km²) inscrita na Lista de Bens do Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Distrito Federal também possui outros elementos tombados por instituições federais e distritais que, face à sua significativa importância, têm necessidade permanente de proteção e preservação para assegurar o legado às futuras gerações.
- Em relação ao II Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), julgue os itens subsequentes.
- 26 O referido plano resultou de um diálogo governamental com a sociedade civil e reuniu a opinião das mulheres beneficiadas por projetos governamentais, a fim de garantir e efetivar as políticas públicas pensadas para a promoção da igualdade e para a valorização da diversidade entre as mulheres.
JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo do Plano Distrital de Política para Mulheres era dialogar e construir juntos. Por isso, por meio de uma escuta democrática e ativa, conduzida pela Secretaria da Mulher, mais de 2 mil participantes tiveram a oportunidade de serem protagonistas na formulação e na implementação dessas políticas pensadas por elas e para elas. Pensar e executar políticas públicas que garantam a igualdade das mulheres e combatam a discriminação de gênero é um desafio coletivo. Por isso a importância do comprometimento de todos os órgãos e secretarias do GDF, bem como da sociedade civil, para pensar, elaborar e executar ações públicas para mulheres, de modo abrangente e amadurecido.

- 27 O Eixo 7 do mencionado plano, ao tratar dos temas comunicação e mídia, atenta, respectivamente, para a promoção da participação das mulheres na vida cultural comunicativa e para o exercício midiático da tecnologia da informação.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Eixo 7 tem como objetivo ampliar e promover a participação das mulheres na vida cultural e no exercício do esporte, do lazer, da comunicação e da mídia, observando-se as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência e geração das mulheres. Portanto, não aponta para o exercício midiático da tecnologia da informação, como afirma o item.

estrato	tamanho populacional	tamanho da amostra	desvio padrão da variável X
I	50.000	n_1	5
II	25.000	n_2	10
III	25.000	n_3	30
total	100.000	1.000	---

No planejamento de um levantamento estatístico, para se estimar a média populacional de uma variável X , será extraída uma amostra aleatória estratificada de tamanho $n = 1.000$ de uma população de tamanho $N = 100.000$. A população é segmentada em três estratos, e os tamanhos das amostras a serem extraídas desses estratos são representados por n_1, n_2 , e n_3 , de modo que $n_1 + n_2 + n_3 = 1.000$. O tamanho populacional e o valor do desvio padrão da variável X por estrato estão demonstrados na tabela precedente.

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens que se seguem.

- 28 O método da alocação ótima de Neyman proporciona os seguintes tamanhos amostrais para os estratos da população em questão: $n_1 = 200$, $n_2 = 200$ e $n_3 = 600$.

JUSTIFICATIVA - CERTO, pois a alocação ótima de Neyman depende do tamanho do estrato e o desvio padrão da variável de interesse. Assim, dividindo os tamanhos populacionais por 1000, e considerando $D = 50 \times 5 + 25 \times 10 + 25 \times 30 = 1250$, tem-se:

$$n_1 = 50 \times \frac{5}{D} \times n = 0,2 \times 1000 = 200,$$

$$n_2 = 25 \times \frac{10}{D} \times n = 0,2 \times 1000 = 200,$$

$$n_3 = 25 \times \frac{30}{D} \times n = 0,6 \times 1000 = 600.$$

- 29 Caso se utilize o método da alocação proporcional, será necessário extrair uma amostra aleatória estratificada de tamanho $n = 1.000$ tal que $n_1 < n_2 < n_3$.

JUSTIFICATIVA - Errado. Dividindo os tamanhos populacionais por 1000, o método da alocação proporcional proporciona o seguinte resultado: $n_1 = \frac{50}{100} \times n = 500$, $n_2 = \frac{25}{100} \times n = 250$ e $n_3 = \frac{25}{100} \times n = 250$.

Com base no conjunto de dados $D = \{0, 0, 1, 1, 2, 2, 2, 4, 6\}$, julgue os itens seguintes.

- 30 A média, a moda e a mediana do conjunto de dados são iguais a 2.

JUSTIFICATIVA - CERTO, pois média = $(0+0+1+1+2+2+2+4+6)/9 = 2$. Além disso, o valor 2 encontra-se na posição central da amostra, e também possui maior frequência.

- 31 O desvio padrão amostral do conjunto de dados é igual ou inferior a 1,6.

JUSTIFICATIVA - ERRADO, pois a média dos quadrados dos desvios é $\frac{30}{9} = \frac{10}{3} > 1,6^2 = 2,56$. Logo, o desvio padrão amostral não pode ser igual ou inferior a 1,6.

Julgue os itens a seguir, relativos à lógica proposicional e à lógica de argumentação.

- 32 São logicamente equivalentes as sentenças I e II, a seguir.

I “Se o governador do DF indicou o presidente do TCDF e a Câmara Legislativa indicou o corregedor, então o ouvidor é apreciador de música clássica.”

II “Ou o presidente do TCDF não foi indicado pelo governador ou o corregedor não foi indicado pela Câmara Legislativa ou o ouvidor é apreciador de música clássica.”

JUSTIFICATIVA - Certo.

$(P \wedge R) \Rightarrow Q$ é equivalente à

$\sim(P \wedge R) \vee Q$. E pela lei de Morgan,

$\sim(P \wedge R) = \sim P \vee \sim R$.

- 33 O texto a seguir apresenta um argumento válido.

“Se o auditor gosta de poesia francesa do século XIX, então o procurador geral aprecia os quadros de Vincent van Gogh. Se o auditor não gosta de poesia francesa do século XIX, então o corregedor admira os escritores de romances policiais. O corregedor não admira os escritores de romances policiais. Logo, o procurador geral aprecia os quadros de Vincent van Gogh.”

JUSTIFICATIVA - Certo.

$P \Rightarrow Q$; $\sim P \Rightarrow R$; $\sim R$; Como $\sim R \Rightarrow P$, e $P \Rightarrow Q$ segue que a conclusão é Q .

O TCDF é composto de sete conselheiros: dois são indicados pelo governador e os demais, pela Câmara Legislativa. Após a posse, define-se, entre eles, por meio de sorteio, o presidente, o vice-presidente, o corregedor, o ouvidor e o regente da Escola de Contas Públicas do Tribunal. O sorteio é feito de acordo com a seguinte ordem: primeiro o presidente, depois o vice-presidente, depois o corregedor, depois o ouvidor e, por fim, o regente.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 34 Depois de realizado o sorteio, caso sejam escolhidos dois conselheiros ao acaso, a chance de que o primeiro conselheiro escolhido seja o corregedor e o segundo seja o ouvidor é superior a 6%.

JUSTIFICATIVA - Errado. O total de possíveis pares ordenados, isto é, (Conselheiro 1, Conselheiro 2) $\neq$ (Conselheiro 2, Conselheiro 1) é igual a $7 \times 6 = 42$. A probabilidade pedida é igual a escolha de uma desses pares, ou seja, $1/42 \approx 0,024 \approx 2,4\%$.

- 35 A probabilidade de que o presidente sorteado seja um dos conselheiros indicados pelo governador, e o vice-presidente sorteado seja um daqueles indicados pela câmara legislativa é inferior a 0,30.

JUSTIFICATIVA - Certo. A probabilidade de sortear um dos indicados pelo Governador é $\frac{2}{7}$, a probabilidade de sortear um indicado pela Câmara Legislativa, uma vez que o presidente já foi sorteado, é igual a $\frac{5}{6}$. Portanto a probabilidade do evento desse item é $\frac{10}{42} \approx 0,24$.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Text 1A1-I

Hydrogen is viewed as a promising alternative to fossil fuel, but the methods used to make it either generate too much carbon dioxide or are too expensive. Rice University researchers have found a way to harvest hydrogen from plastic waste using a low-emission method that could more than pay for itself.

By comparison, “green” hydrogen – produced using renewable energy sources to split water into its two component elements – costs roughly US\$ 5 for just over two pounds. Though cheaper, most of the nearly 100 million tons of hydrogen used globally in 2022 was derived from fossil fuels, its production generating roughly 12 tons of carbon dioxide per ton of hydrogen.

The researchers exposed plastic waste samples to rapid flash Joule, bringing their temperature up to 3100 Kelvin. “We demonstrated that we are able to recover up to 68% of that atomic hydrogen as gas with a 94% purity,” Kevin Wyss said. “I hope that this work will allow for the production of clean hydrogen from waste plastics, possibly solving major environmental problems like plastic pollution and the greenhouse gas-intensive production of hydrogen by steam-methane reforming.”

Internet: <news.rice.edu> (adapted).

Based on text 1A1-I, judge the following items.

- 36 One of the drawbacks about the current forms of extraction of hydrogen as fuel is the elevated cost.

JUSTIFICATIVA - Certo. O texto afirma, em sua introdução, que “Hydrogen is viewed as a promising alternative to fossil fuel, but the methods used to make it either generate too much carbon dioxide or are too expensive.” [O hidrogênio é visto como uma alternativa promissora ao combustível fóssil, mas os métodos utilizados para produzi-lo geram demasiado dióxido de carbono ou são muito caros.] Logo, é correto afirmar que uma das desvantagens associadas às formas atuais de extração de hidrogênio é o custo elevado.

- 37 The pronoun “their” (first sentence of the third paragraph) refers back to “plastic waste samples”.

JUSTIFICATIVA - Certo. O pronome “their” está referindo-se e retomando, justamente, a frase “plastic waste samples”, para tratar da “sua temperatura”.

- 38 The word “itself” (last sentence of the first paragraph) refers back to “plastic”, meaning that plastic could pay for its cost.

JUSTIFICATIVA - Errado. A palavra “itself” na frase “pay for itself” está retomando “low-mission method” para afirmar que o método apresentado poderia se pagar.

- 39 The sentence “‘green’ hydrogen – produced using renewable energy sources to split water into its two component elements – costs roughly US\$ 5” could be correctly rewritten as **the use of renewable energy sources to separate water into its two component elements produces ‘green’ hydrogen, which costs about US\$ 5.**

JUSTIFICATIVA - Certo. A reescrita da oração, alterando a estrutura passiva para a voz ativa, não modifica o teor do que está sendo afirmado no texto.

- 40 It is correct to infer from text 1A1-I that researcher Kevin Wyss is unenthusiastic about the potential of his work as a possible solution for some environmental issues.

JUSTIFICATIVA - Errado. Ao final do texto, em uma citação direta, o pesquisador declara sua esperança de que seu método possa contribuir para a solução de questões ambientais: “I hope that this work will allow for the production of clean hydrogen from waste plastics (...)”.



Internet: <comicskingdom.com/>.

Judge the items below according to the previous comic strip.

- 41 The mouse was disappointed at the new rules of the game because he could not buy the avenue he wanted.

JUSTIFICATIVA - Errado. A tirinha não afirma em nenhum momento que o ratinho não pode comprar a avenida que escolheu; o personagem apenas constata que o jogo está diferente.

- 42 In the third box of the comic strip, the adjective “mild” in “mild inflationary effect” has been used ironically.

JUSTIFICATIVA - Certo. O garoto, no último quadrinho, anuncia que o preço da avenida que o ratinho quer comprar é de 60 bilhões. Logo, ao usar a expressão “mild inflationary effect” [efeito inflacionário moderado], o adjetivo “mild” está sendo empregado de forma irônica, pois não reflete a realidade imediata das condições do jogo, que passa a apresentar um custo financeiro exorbitante.

- 43 The expression “Bear in mind” (third box) is a synonym of **overlook**.

JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão idiomática “bear in mind” significa “lembre-se” ou “considere”. “Overlook”, por sua vez, significa “desconsidere” ou a “ignore”.

Text 1A1-II

Brazil’s first scientific expedition to the Arctic aims to explore the biodiversity of one of the planet’s coldest territories, learn more about its ecological importance and its role in global climate change, and contribute to its preservation.

The Brazilian team of scientists from the University of Brasília and the Federal University of Minas Gerais has been in the Svalbard archipelago—a section of the Arctic Circle that belongs to Norway—since July 8.

According to the expert, research in the region is crucial in monitoring relevant developments in Brazil as well as worldwide. “What happens here in the Arctic affects Brazil, so we should have the right to speak and vote, which is not happening.”

Brazil is the only among the ten largest global economies without a voice on issues related to the region. Therefore, Brazil’s scientific presence in the Arctic—a region covering more than 16 million square kilometers—can prove significant for the inclusion of the nation as an observer member of the Arctic Council, the international cooperation body on environmental strategies for the territory. The country should also join the Svalbard Treaty, which not only recognizes Norway’s sovereignty over the archipelago, but also grants access to the area’s resources for signatory nations.

Internet: <agenciabrasil.ebc.com.br> (adapted).

According to text 1A1-II, judge the following items.

- 44 The first Brazilian expedition to the Arctic, as presented in the first paragraph, has a threefold objective.

JUSTIFICATIVA - Certo. O adjetivo “threefold” significa “having three partes” [composto por três partes], segundo o Cambridge Dictionary. Como lemos no primeiro parágrafo, o objetivo da expedição é composto por três partes (três verbos): “explore (...), learn (...), and contribute (...)”.

- 45 It is possible to infer from the text that only nations that are members of the Arctic Council are allowed to sign the Svalbard Treaty.

JUSTIFICATIVA - Errado. O texto explica que, com a expedição, o Brasil espera se tornar membro observador do Arctic Council e que poderá se juntar ao Svalbard Treaty, mas não atrela um elemento ao outro.

- 46 The excerpt “without a voice on issues related to the region” (first sentence of the third paragraph), could be correctly replaced by “that lacks representation in matters pertaining to the region”, without changing its meaning.

JUSTIFICATIVA - Certo. Apesar de utilizar registro mais formal na escolha lexical, a proposta de reescrita mantém o sentido original do texto.

- 47 According to the text, the Arctic Circle today is a territory controlled by Norway.

JUSTIFICATIVA - Errado. O texto informa que o arquipélago Svalbard, que é parte do Ártico, pertence à Noruega, não todo o Círculo Ártico.

Com base no que dispõe a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), julgue os itens a seguir.

- 48 A recusa, ainda que injustificada, do licitante vencedor em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente não configura descumprimento contratual, razão por que é inviável a aplicação de penalidades.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 90, § 5.º, da Lei 14.133/2021, “A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.”

- 49 Em respeito aos princípios que regem a administração pública, em especial, o da publicidade e o da moralidade, é vedado, em qualquer hipótese, o sigilo dos contratos e termos aditivos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 91, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021, “Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.”

- 50 Entre as hipóteses legais que admitem a regência da referida norma de licitações estão a alienação e a concessão de direito real de uso de bens.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 2.º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2001, o Estatuto de licitações aplica-se no caso de alienação e concessão de direito real de uso de bens.

- 51 Em concurso destinado à elaboração de projetos, o vencedor deverá ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto, autorizando a execução deste conforme o juízo discricionário da autoridade competente.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a disciplina do art. 30, p. único da Lei n.º 14.133/2021, “Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do art. 93 desta Lei, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.”

Em relação à disciplina atinente à prestação de serviços públicos, julgue os itens seguintes, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- 52 O serviço público referente à promoção de programas de construção de moradias é de competência exclusiva da União.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o art. 23, inciso IX, da CF, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

- 53 A exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas como serviço de utilidade pública, razão por que dispensa a realização de licitação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a jurisprudência do STF, A exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas tão somente como serviço de utilidade pública, sendo desnecessário o procedimento de licitação previsto no art. 175 da Constituição Federal. Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS. TÁXIS. SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA. DESNECESSIDADE DE LICITAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. I É legítima a atribuição conferida ao Relator para negar seguimento ao recurso ou dar-lhe provimento, desde que essas decisões possam ser submetidas ao controle do órgão colegiado mediante recurso. II A exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas tão somente como serviço de utilidade pública, sendo desnecessário o procedimento de licitação previsto no art. 175 da Constituição Federal. III Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, do CPC). (RE 1178950 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 06-12-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-282 DIVULG 17-12-2019 PUBLIC 18-12-2019)

- 54 Segundo a regência do texto constitucional, a prestação de serviços públicos deve ser realizada pelo poder público diretamente, ou indiretamente, e, neste último caso, desde que por meio de concessão ou autorização, sempre precedida de procedimento licitatório.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a regência do art. 175 da CF, incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou **sob regime de concessão ou permissão - e não autorização -**, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

- 55 Em se tratando de serviço público de transporte coletivo, a fixação de tarifas deficitárias pelo poder público enseja o pagamento de indenização ao permissionário, ainda que o termo de permissão não tenha sido precedido de procedimento licitatório.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é indispensável a realização de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo em razão de tarifas deficitárias, ainda que os termos de permissão tenham sido assinados em período anterior à Constituição Federal de 1988. (REsp 886925/MG, Rel. min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 21.11.2007).

No que se refere ao controle da administração pública, observadas a CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 56** É de cinco anos o prazo para a análise, pelo tribunal de contas, da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, sendo o termo inicial a chegada do processo administrativo à respectiva corte de contas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Na linha da jurisprudência do STF, o prazo quinquenal para a análise de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria em sede de controle externo de competência do TCU inicia-se com a chegada do processo à respectiva corte de contas, conforme norma de interpretação constitucional consubstanciada no Tema n.º 445 da Repercussão Geral.

- 57** É legítimo ao Poder Judiciário, observando a teoria dos motivos determinantes, declarar a nulidade de ato administrativo caso verificada falsidade ou inexistência de motivo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A jurisprudência do STF orienta-se no sentido da aplicabilidade da teoria dos motivos determinantes, porquanto é viável, em controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário, a declaração de nulidade do ato administrativo, caso verificada falsidade ou inexistência de motivo.

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. Servidor público. Remoção. 3. Citação. Ofensa aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Precedente: ARE-RG 748.371, Tema 660. 4. Litisconsórcio passivo necessário. Razões recursais dissociadas do acórdão recorrido. Súmula 287. 5. Ilegalidade da remoção. Punição. Sindicabilidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. Possibilidade. Teoria dos motivos determinantes. Falsidade ou inexistência de motivo. 6. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 884289 AgR, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 19-05-2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 03-06-2015 PUBLIC 05-06-2015)

- 58** O controle da administração pública classifica-se quanto à natureza, como controle de mérito e controle de legalidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Na linha da doutrina clássica, “a classificação quanto à natureza do controle é fundada no conteúdo de que se reveste o ato de controle. Nesse aspecto, temos o controle de legalidade e o controle de mérito.

- 59** A apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, no âmbito do Distrito Federal, constitui competência do TCDF, que, na condição de órgão auxiliar do Poder Legislativo, pode ter seus atos revistos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a jurisprudência do STF, “no complexo feixe de atribuições fixadas ao controle externo, a competência desempenhada pelo Tribunal de Contas não é, necessariamente, a de mero auxiliar do poder legislativo. Precedentes. 2. A Câmara Municipal não detém competência para rever o ato do Tribunal de Contas do Estado que nega o registro de admissão de pessoal.”

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 60** É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 5.º, inciso VII, da CF, “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”.

- 61** A ação de grupos armados civis contra o Estado democrático de direito revela hipótese de crime inafiançável e imprescritível.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 5.º, inciso XLIV, da CF, “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”.

- 62** O *habeas data* não é meio adequado para se obter vista de processo administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a jurisprudência do STF, O *habeas data* não se revela meio idôneo para se obter vista de processo administrativo. AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS DATA*. ART. 5.º, LXXII, DA CF. ART. 7.º, III, DA LEI 9.507/97. PEDIDO DE VISTA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. INIDONEIDADE DO MEIO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O *habeas data*, previsto no art. 5.º, LXXII, da Constituição Federal, tem como finalidade assegurar o conhecimento de informações constantes de registros ou banco de dados e ensejar sua retificação, ou de possibilitar a anotação de explicações nos assentamentos do interessado (art. 7.º, III, da Lei 9.507/97). 2. A ação de *habeas data* visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados. 3. O *habeas data* não se revela meio idôneo para se obter vista de processo administrativo. 4. Recurso improvido. (HD 90 AgR, Relator(a): ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 18/02/2010, DJe-050 DIVULG 18-03-2010 PUBLIC 19-03-2010 EMENT VOL-02394-01 PP-00001 RDDP n. 86, 2010, p. 139-141 RB v. 22, n. 558, 2010, p. 38-39)

- 63** A garantia constitucional da vedação à autoincriminação não é absoluta, sendo passível de relativização.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a evolução jurisprudencial do STF, consolidada no julgamento, em 22/9/2011, da repercussão geral da questão constitucional debatida no RE 640139, de relatoria do min. dias Toffoli, oportunidade em que se reafirmou que o princípio constitucional da vedação à autoincriminação não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intuito de ocultar maus antecedentes, o que torna típica, sem qualquer traço de ofensa ao disposto no art. 5.º, LXIII, da CF.

No que concerne ao controle de constitucionalidade e ao poder constituinte, julgue os itens a seguir, conforme a jurisprudência do STF.

- 64** O poder constituinte reformador é responsável pela elaboração das Constituições dos estados-membros, devendo conformá-las aos princípios e regras impostas pela CF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme lição doutrinária, o poder constituinte decorrente (ou para alguns derivado-decorrente) representa a possibilidade que os estados-membros, como consequência da autonomia político-administrativa garantida constitucionalmente, têm de se auto-organizarem por meio de suas respectivas Constituições estaduais.

- 65** A revogação posterior da norma legal impugnada por meio de ação direta de inconstitucionalidade, assim como a alteração posterior da norma constitucional indicada como parâmetro de controle de constitucionalidade revelam hipóteses de perda de objeto da ação de controle concentrado.
JUSTIFICATIVA - Errado. A alteração da norma constitucional indicada no parâmetro de controle de constitucionalidade não conduz necessariamente à perda de objeto. Nesse sentido, o STF, no julgamento da ADI 4698, veiculou o seguinte enfoque: “Não obstante a referida alteração do parâmetro da Constituição Federal, não merece prosperar a preliminar suscitada, diante da relevância do pronunciamento deste Supremo Tribunal em sede de controle abstrato e, sobretudo, diante da evidente impossibilidade de convalidação de norma inconstitucional. É sedimentado nesta Corte o entendimento de que, em casos como esses, se a norma era inconstitucional ao tempo da sua edição, persistirá sua inconstitucionalidade, não se modificando tal condição por alterações supervenientes.”
- 66** As leis municipais ou distritais podem ser questionadas no âmbito do controle concentrado, por meio de ação direta de inconstitucionalidade no âmbito do STF, desde que o parâmetro seja a CF.
JUSTIFICATIVA - Errado. O manejo de ADI, no STF, utilizando como parâmetro a CF não comporta a impugnação de normas municipais. (ADI 911, Rel. min. Celso de Mello; ADI 611 e ADI 880, Rel. min. Sepúlveda Pertence e ADI 1.375, Rel. min. Moreira Alves).
- 67** A fungibilidade das ações de controle concentrado é restrita, não se admitindo, por exemplo, a conversão de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), visto que esta última possui requisitos específicos, a exemplo da subsidiariedade.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a jurisprudência do STF, é possível, forte no princípio da fungibilidade das ações de controle, a conversão de ADPF em ADI. Nesse sentido: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Impropriedade da ação. Conversão em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF. Admissibilidade. Satisfação de todos os requisitos exigidos à sua propositura. Pedido conhecido, em parte, como tal. Aplicação do princípio da fungibilidade. Precedente. É lícito conhecer de ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando coexistentes todos os requisitos de admissibilidade desta, em caso de inadmissibilidade daquela. (ADI 4163)
-
- Acerca da disciplina constitucional atinente aos servidores públicos e à organização da administração pública, observada a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens subsequentes.
- 68** É incompatível com a CF proposta de lei estadual ou distrital de iniciativa parlamentar que verse sobre a alteração na organização, na estrutura interna e no funcionamento dos tribunais de contas dos respectivos estados e Distrito Federal.
JUSTIFICATIVA - Certo. A jurisprudência do STF tem-se orientado no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, das disposições que, sendo oriundas de proposição parlamentar ou mesmo de emenda parlamentar, impliquem alteração na organização, na estrutura interna ou no funcionamento dos tribunais de contas. Precedentes: ADI 3.223, Tribunal Pleno, DJe de 2/2/15; ADI 1.994/ES, Rel. min. Eros Grau, DJ de 8/9/06; ADI nº 789/DF, Rel. min. Celso de Mello, DJ de 19/12/94
- 69** É válido o pagamento de remuneração inferior a um salário mínimo a servidor público que labore em jornada reduzida de trabalho.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme decidido pelo STF, no julgamento do Tema nº 900 de repercussão geral, “o pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo ao servidor público civil que labore em jornada de trabalho reduzida contraria o disposto no art. 7.º, inciso IV, e no art. 39, § 3.º, da CF, bem como o valor social do trabalho, o princípio da dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial e o postulado da vedação do retrocesso de direitos sociais”.
- 70** É legítimo aos estados, no âmbito das Constituições estaduais, e ao Distrito Federal, no que concerne à Lei Orgânica, estabelecer limite de idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos diverso do fixado pela CF.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a jurisprudência do STF, é vedado ao constituinte estadual estabelecer limite de idade para aposentadoria compulsória diverso do fixado pela Constituição Federal. Nesse sentido: ADI nº 4696 MC, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Plenário, j. em 01.12.2011, DJe 16.03.2012; e ADI nº 4696, Rel. Ministro Edson Fachin, Plenário, j. em 30.06.2017, DJe 14.09.2017.
- 71** É inconstitucional a delegação legislativa de poderes aos governadores dos estados e do Distrito Federal para, mediante decreto, criar cargos públicos, fixando-lhes denominações, remunerações e atribuições.
JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme decidido pelo STF, no julgamento do Tema nº 48 de repercussão geral, “A Constituição da República não oferece guarida à possibilidade de o Governador do Distrito Federal criar cargos e reestruturar órgãos públicos por meio de simples decreto”. Ademais, no âmbito da ADI 4125, o STF assentou inconstitucional a delegação de poderes ao governador para, mediante decreto, dispor sobre “as competências, as atribuições, as denominações das unidades setoriais e as especificações dos cargos, bem como a organização e reorganização administrativa do Estado”, é inconstitucional porque permite, em última análise, que sejam criados novos cargos sem a aprovação de lei.
-
- Em relação às competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.
- 72** Compete ao TCDF apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão dos empregados públicos das empresas estatais do Distrito Federal, bem como a legalidade das respectivas aposentadorias.
JUSTIFICATIVA - Errado. Apenas os atos de admissão de empregados públicos estão sujeitos a registro pelo TCDF, e tal competência não alcança, em relação a eles, o registro dos atos de concessão de aposentadoria.
- “Art. 1.º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:
(...)
III apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;”

- 73** A competência do TCDF pode alcançar pessoas físicas e pessoas jurídicas da iniciativa privada.

JUSTIFICATIVA - CORRETO. Em alguns casos a jurisdição do TCDF pode alcançar pessoas físicas e pessoas jurídicas da iniciativa privada, quando estas derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Além disso, nos termos do art. 1.º, I, “d”, da LO do TCDF, compete a ele também julgar as contas dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido.

“Art. 1.º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

II julgar as contas:

a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

(...)

d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido.”

- 74** O tribunal de contas, por vocação institucional, é o guardião do erário e do bom uso dos recursos públicos. Nesse sentido, a competência do TCDF fica adstrita à análise da despesa pública, ao passo que a receita é da alçada da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e demais órgãos tributários.

JUSTIFICATIVA - Errado. Em se tratando de recursos públicos, a competência do TCDF é ampla, englobando tanto despesas como receitas. A LO do TCDF dispõe sobre a competência para fiscalizar a arrecadação tributária e a renúncia de receita (art. 1.º, V, “a” e “b”).

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

V realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:

a) da estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas;

b) dos incentivos, transações, remissões e anistias fiscais, isenções, subsídios, benefícios e assemelhados, de natureza financeira, tributária, creditícia e outras concedidas pelo Distrito Federal;

- 75** O instrumento da consulta tem por finalidade sanar dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria da competência do TCDF e a decisão nela proferida tem caráter normativo em relação à administração do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - CORRETO. A assertiva versa sobre a finalidade e os efeitos da consulta, nos moldes do art. 1º, XV e § 2º, da LO do TCDF.

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

XV decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

(...)

§ 2º A resposta à consulta a que se refere o inciso XV deste artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

- 76** Ao TCDF compete elaborar sua proposta de lei orçamentária e encaminhar o projeto de lei diretamente à Câmara Legislativa do Distrito Federal para apreciação e aprovação.

JUSTIFICATIVA - Errado. De fato, o TCDF tem autonomia administrativa para elaborar sua própria proposta orçamentária, consoante o art. 4.º, III, da LO do TCDF. Entretanto, ele não detém o poder de iniciativa legislativa em matéria orçamentária, ainda que lhe diga respeito. É privativa do chefe do Poder Executivo a iniciativa para o projeto de Lei Orçamentária Anual, a quem o TCDF deve encaminhar a proposta do seu orçamento.

“Art. 4.º É da competência exclusiva do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

(...)

III elaborar sua proposta orçamentária, observados os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;”

Em relação à estrutura, à composição e aos membros do TCDF, julgue os itens a seguir, considerando o disposto na Lei Orgânica do TCDF.

- 77** Os auditores podem ser convocados para substituir conselheiro na ausência e impedimentos deste, para completar quórum dos colegiados, bem como em caso de vacância do cargo do conselheiro.

JUSTIFICATIVA - CERTO: A assertiva condensa as três hipóteses previstas no art. 63 da LO do TCDF de substituição do conselheiro pelo auditor.

“Art. 63. Os Conselheiros, em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, por prazo superior a trinta dias, poderão ser substituídos, mediante convocação do Presidente do Tribunal, pelos Auditores, observada a ordem de antiguidade no cargo, ou a maior idade, no caso de idêntica antiguidade.

§ 1º Os Auditores serão também convocados para substituir Conselheiros, quando for necessário para efeito de completar quórum, sempre que os titulares comunicarem, ao Presidente do Tribunal ou da Câmara respectiva, a impossibilidade de comparecimento à sessão.

§ 2º Em caso de vacância de cargo de Conselheiro, o Presidente do Tribunal poderá convocar Auditor para exercer as funções inerentes ao cargo vago, até novo provimento, observado o critério estabelecido neste artigo.

- 78** Quando os auditores estão em substituição, a eles se aplicam as mesmas vedações aplicadas aos conselheiros, as quais cessam com o término da substituição.

JUSTIFICATIVA - Errado. As vedações dos conselheiros são aplicadas aos auditores de forma permanente, estejam ou não eles em substituição.

“Art. 75. (...)”

Parágrafo único. Aplicam-se ao auditor as vedações e restrições previstas nos arts. 72 e 73 desta Lei Complementar, bem como as exigências do seu art. 69, itens I a IV.”

- 79** O TCDF poderá dividir-se em câmaras, desde que haja a deliberação favorável de, pelo menos, 4 conselheiros titulares.

JUSTIFICATIVA - CORRETO. A assertiva está em conformidade com o art. 66 da LO do TCDF. Para a criação de câmaras, faz-se necessária a sua aprovação pela maioria absoluta dos conselheiros. Considerando que o TCDF é composto por 7 conselheiros, a maioria absoluta é formada, pelo menos, 4 conselheiros.

“Art. 66. O Tribunal de Contas poderá dividir-se em Câmaras, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros titulares.”

- 80** O procurador-geral, o procurador-corregedor e o procurador-ouvidor do Ministério Público junto ao TCDF são indicados em lista tríplice pelo colégio de procuradores e nomeados pelo governador do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Errado. O chefe do Poder Executivo do DF nomeia apenas o procurador-geral do MP junto ao TCDF. O procurador-corregedor e o procurador-ouvidor são indicados pelo presidente do tribunal.

“Art. 76-A O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas será indicado, em lista tríplice, pelos integrantes da carreira e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.”

Art. 76-B O Procurador-Geral encaminhará, para fins de designação pelo Presidente do Tribunal, os nomes do Procurador-Corregedor e do Procurador-Ouvidor, eleitos em lista tríplice pelo Colégio de Procuradores para mandato de 2 anos, permitida uma recondução

- 81** A Lei Orgânica do TCDF estabelece apenas uma competência para o vice-presidente do tribunal, qual seja, a substituição do presidente em suas ausências e impedimentos.

JUSTIFICATIVA - CORRETA. Com efeito, a LO do TCDF não se ocupou da vice-presidência do tribunal, prevendo em relação a ele apenas a competência do art. 67, § 2.º.

“Art. 67. Os Conselheiros elegem o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor, o Ouvidor e o Regente da Escola de Contas Públicas do Tribunal para mandato de 2 anos, com início em 1.º de janeiro dos anos ímpares.

(...)”

§ 2.º O Vice-Presidente substitui o Presidente em suas ausências ou impedimentos.”

No tocante aos serviços auxiliares do TCDF, julgue os próximos itens, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

- 82** Em uma interpretação sistemática da Lei Orgânica do TCDF, é possível concluir, por via oblíqua, que o teto remuneratório dos servidores dos serviços auxiliares do TCDF é o vencimento dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

JUSTIFICATIVA - CORRETO. De acordo com o art. 81 da Lei Orgânica do TCDF, os servidores dos serviços auxiliares não poderão perceber remuneração superior à dos conselheiros. Estes, por sua vez, têm os mesmos vencimentos e vantagens dos desembargadores do TJDF (art. 71, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF).

Logo, por meio de uma interpretação sistemática, é possível concluir que o teto remuneratório dos servidores é, indiretamente, o vencimento dos desembargadores do TJDF.

“Art. 71. Os Conselheiros do Tribunal de Contas terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido, efetivamente, por mais de cinco anos.

Art. 81. Nenhum servidor dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, proventos ou pensão, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Conselheiro do mesmo Tribunal.”

- 83** Os dados e informações obtidos em decorrência do exercício das funções de controle e pertinentes aos assuntos sob a fiscalização do TCDF podem, excepcionalmente, ser utilizados para fins de pesquisa científica e acadêmica.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei Orgânica do TCDF é imperativa quanto ao sigilo dos dados e informações obtidos em fiscalização e o seu uso exclusivo para elaboração dos trabalhos internos.

“Art. 78. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo no Tribunal de Contas:

(...)”

IV guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à chefia imediata.”

Em relação aos princípios e valores, à moral e à ética no desempenho da função pública, julgue os itens a seguir.

- 84** A ética possibilita que a ação do indivíduo seja julgada como correta ou incorreta.

JUSTIFICATIVA - Certo. O julgamento ético se distingue do julgamento legal, no que se faz referência sobre a legalidade ou ilegalidade da conduta, assim como da moral, que serviria para diferenciar o bom do mau.

- 85** O interesse particular do agente público é o principal elemento norteador do desempenho de suas funções.

JUSTIFICATIVA - Errado. O julgamento ético se distingue do julgamento legal, onde se faz referência sobre a legalidade ou ilegalidade da conduta, assim como da moral, que serviria para diferenciar o bom do mau.

- 86** Em uma democracia, as escolhas políticas são inteiramente dissociadas de valores morais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Existe uma moralidade pública que pode ser compreendida a partir dos textos legais, que servem para estabelecer valores morais escolhidos por uma determinada população.

Julgue os itens subsequentes, considerando os deveres, as responsabilidades, as infrações disciplinares, as sanções disciplinares e a apuração da infração disciplinar dos servidores públicos civis do Distrito Federal previstas na Lei Complementar n.º 840/2011.

- 87** Constitui dever do servidor zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme dispõe o art. 180, IX da Lei Complementar n.º 840/2011, constitui dever do servidor público “zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.”

- 88** A responsabilização administrativa do servidor perante a administração pública exclui a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme dispõe o §3.º do art. 181 da Lei Complementar n.º 840/2011, “a responsabilidade administrativa perante a administração pública não exclui a competência do Tribunal de Contas prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal.”

- 89** O descumprimento de decisão administrativa emanada de órgão competente constitui infração grave.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme estabelecido no art. 190, I da Lei Complementar n.º 840/2011, constitui infração leve “descumprir dever funcional ou decisões administrativas emanadas dos órgãos competentes.”

- 90** O servidor público responderá administrativamente apenas pela prática de ato comissivo doloso que resulte prejuízo ao erário.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme estabelece o caput do art. 183 da Lei Complementar n.º 840/2011, a “responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.”

- 91** A ação disciplinar cujo objeto seja a prática de infração apenada com suspensão prescreve em dois anos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme estabelece o art. 208, II da Lei Complementar n.º 840/2011, “a ação disciplinar prescreve em: II dois anos, quanto à suspensão.”

- 92** A prestação de bons serviços à administração pública distrital é uma circunstância atenuante na aplicação da sanção disciplinar.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme dispõe o art. 197, II da Lei Complementar n.º 840/2011, a prestação de bons serviços à administração pública distrital é caracterizada como uma das circunstâncias atenuantes na aplicação da sanção administrativa.

Tendo como referência o Código de Ética Profissional do Serviço Público, aprovado pelo Decreto n.º 1.171/1994, julgue os seguintes itens.

- 93** Por não guardarem relação com a ética, a celeridade e a tempestividade no exercício da função pública não são contempladas no Código de Ética Profissional do Serviço Público.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Código de Ética prestigia as condutas do servidor público que estejam direcionadas ao exercício célere e tempestivo da função pública, conforme se denota das alíneas “a” e “b” e “d” do seu inc. XIV.

- 94** O Código de Ética Profissional do Serviço Público aplica-se à administração pública indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Código de Ética aplica-se tanto à Administração Pública Direta como em relação à Indireta, conforme se denota do seu art. 2º, que prevê o seguinte: “os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.”

- 95** Os fatos verificados na conduta do servidor público em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida profissional.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme se denota do inciso VI, integrante das “Regras Deontológicas” do Código de Ética Profissional do Serviço Público, “a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.”

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Acerca de orientação a objetos, julgue os itens subsequentes.

- 96** Considere-se que, em um encapsulamento de uma classe de nome Carro para um sistema de automóveis, exista um atributo privado de nome quilometragem. Nesse caso, ao se fornecerem métodos públicos do tipo `obter_quilometragem()` e `atualizar_quilometragem()`, protegem-se detalhes internos da classe Carro.
JUSTIFICATIVA - Certo. Ao definir o atributo `quilometragem` como privado e fornecer métodos públicos `obter_quilometragem()` e `atualizar_quilometragem()`, protegem-se os detalhes internos da classe Carro. Isso impede que os usuários do sistema acessem diretamente o valor da quilometragem, o que é importante para manter a integridade dos dados e o controle sobre como a quilometragem é lida e atualizada.
- 97** O “problema do diamante”, que surge quando uma classe herda de duas classes que compartilham uma mesma classe pai, não resulta em conflitos de métodos ou ambiguidades na resolução de herança múltipla.
JUSTIFICATIVA - Errado. O “problema do diamante” ocorre quando uma classe herda de duas classes que têm uma classe pai em comum, e isso pode resultar em ambiguidade de métodos e conflitos na resolução de herança múltipla.

A respeito de SonaQube, julgue os próximos itens.

- 98** Em um único projeto no SonarQube, podem-se estabelecer vários portões de qualidade, o que possibilita que diferentes partes do código satisfaçam critérios de qualidade distintos.
JUSTIFICATIVA - Certo. Idealmente, todos os projetos utilizarão o mesmo portão de qualidade, mas isso nem sempre é prático. Por exemplo, pode-se descobrir que a implementação tecnológica difere de um aplicativo para outro. Deseja-se garantir requisitos mais rígidos em alguns dos aplicativos (estruturas internas, por exemplo). Por esses motivos, é possível definir quantas portas de qualidade serão necessárias. Pode-se acessar a página Quality Gates no menu superior, definir e gerenciar todos os portões de qualidade.
- 99** Os portões de qualidade (*quality gates*) são essenciais na incorporação da metodologia *clean as you code* e evitam que um código com problemas seja liberado para produção.
JUSTIFICATIVA - Certo. O portão de qualidade é um conjunto de condições que informa se certo projeto está ou não pronto para lançamento.

No que se refere a metodologias e práticas de desenvolvimento ágeis, julgue os itens seguintes.

- 100** O *sprint goal* é estabelecido durante a *sprint review* e, posteriormente, incorporado ao *sprint backlog*, permanecendo como um foco constante para os desenvolvedores durante toda a *sprint*.
JUSTIFICATIVA - Errado. O *sprint goal* é criado durante o *sprint planning* e não na *sprint review* e depois adicionado ao *sprint backlog*. Durante o seu trabalho durante o *sprint*, os *developers* mantêm o *sprint goal* em mente. Se o trabalho se revelar diferente do que esperavam, colaboram com o *product owner* para negociar o âmbito do *sprint backlog* dentro do *sprint* sem afetar o *sprint goal*.
- 101** Na etapa de *refactor* do processo TDD, parte-se do pressuposto de que os testes tenham passado nas fases anteriores, o que permite que o código seja aprimorado sem a preocupação de duplicações de código.
JUSTIFICATIVA - Errado. É neste momento que retiramos duplicidade, renomeamos variáveis, extraímos métodos, extraímos classes, extraímos interfaces, usamos algum padrão conhecido, etc. É neste momento que podemos deixar o nosso código simples e claro e o melhor de tudo: Funcional. Temos um teste que indicará qualquer passo errado que podemos dar ao melhorar o código.

Com base nas técnicas de estimativas, julgue os itens subsequentes, relativos à análise de pontos de função.

- 102** A rastreabilidade horizontal refere-se à capacidade de seguir um requisito ou uma funcionalidade de um *software* desde a sua origem até seus desdobramentos e implementações subsequentes.
JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito dado é o de rastreabilidade vertical. Segundo Reinehr, a rastreabilidade entre os requisitos (POLH; RUPP, 2015), que mapeia as dependências entre os requisitos é chamada de rastreabilidade horizontal. Enquanto, que a rastreabilidade se refere a rastrear um requisito à sua origem, o que é chamado de rastreabilidade para trás (*backward traceability*) e também aos seus desdobramentos, o que é chamado de rastreabilidade para frente (*forward traceability*). Essa é a chamada rastreabilidade vertical (BOUR-QUE; FAIRLEY, 2014)

- 103** Considerando-se uma estimativa de 78 pontos de função (PF), uma taxa de produtividade mínima de 5 horas por PF em Java e uma carga de trabalho de 130 horas por homem/mês, conclui-se que seriam necessárias 390 horas, ou três meses, de trabalho para o desenvolvimento de uma aplicação em Java.
JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o manual de contagem de ponto de função do IFPUG, para calcular o esforço, é necessário conhecer quantos pontos de função são produzidos em uma hora e saber quantas horas de trabalho são consideradas em um mês na sua empresa. A estimativa de esforço pode ser: pontos de função por homem mês (PF/HM); pontos de função por hora (PF/H). Temos por base que a taxa de produtividade é medida em hora por ponto de função (H/PF). Dessa forma, se a aplicação foi estimada em 78 pontos de função e considerando-se que a empresa possui uma taxa de produtividade mínima em Java de 5 H/PF e com uma carga de trabalho de 130 horas por homem mês: Esforço = (5 x 78) Esta empresa gastaria 390 horas pra produzir o sistema, ou três meses.

A respeito de arquitetura de aplicações e tecnologias para ambiente *web*, julgue os itens a seguir.

- 104** Na arquitetura em camada, as camadas intermediárias realizam a interface com o sistema operacional.
JUSTIFICATIVA - Errado. Na arquitetura em camadas, são definidas várias camadas diferentes, cada uma realizando operações que progressivamente se tornam mais próximas do conjunto de instruções de máquina. Na camada mais externa, os componentes atendem operações de interface do usuário. Na camada mais interna, os componentes realizam a interface com o sistema operacional. As camadas intermediárias fornecem serviços utilitários e funções de software de aplicação.
- 105** Em CSS, o seletor do tipo classe permite aplicar um mesmo estilo a elementos diferentes e indicar que um mesmo elemento está sujeito a estilos diferentes.
JUSTIFICATIVA - Certo. A utilização de regras CSS não está restrita aos seletores do tipo tags HTML. Existem três tipos de seletores que merecem atenção: classes (*class*), identificadores (*id*) e pseudoclasses. Um seletor do tipo classe permite alguns recursos interessantes. Por meio dele, podemos aplicar um mesmo estilo a diferentes elementos e também indicar que um mesmo elemento obedece a diferentes estilos.
- 106** Na linguagem PHP, as instruções são executadas no servidor, que envia para a aplicação cliente apenas o código HTML.
JUSTIFICATIVA - Certo. O código PHP é executado no servidor, sendo enviado para o cliente apenas HTML. Dessa maneira é possível interagir com bancos de dados e aplicações existentes no servidor, com a vantagem de não expor o código fonte para o cliente.

Julgue os próximos itens, relativos a desenvolvimento *web* em Java e a desenvolvimento com contêiner.

- 107** Um contêiner Docker encapsula a aplicação e o ambiente de execução, o sistema operacional e as bibliotecas, então, no mesmo servidor Docker, podem existir contêineres com sistemas operacionais diferentes.

JUSTIFICATIVA - Certo. Docker é uma plataforma *open source* baseada no kernel do Linux, que automatiza o deployment de aplicações por meio de containers altamente portáteis e autossuficientes, independente de hardware, linguagem e framework de desenvolvimento. Apesar dos containers executarem em um host sobre um mesmo kernel de sistema operacional, cada container pode executar diferentes versões de binários e bibliotecas de SO, de acordo com os requisitos de cada aplicação.

- 108** O *framework hibernate* gera o SQL para determinado banco de dados no momento da compilação do código fonte.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Hibernate abstrai o seu código SQL, toda a camada JDBC e o SQL será gerado em tempo de execução. Mais que isso, ele vai gerar o SQL que serve para um determinado banco de dados, já que cada banco fala um “dialet” diferente dessa linguagem. Assim há também a possibilidade de trocar de banco de dados sem ter de alterar código Java, já que isso fica como responsabilidade da ferramenta.

A respeito de interoperabilidade de sistemas, DevOps e configuração de *software*, julgue os itens que se seguem.

- 109** Na notação JSON, cada objeto é representado por uma dupla de nome e valor de propriedade, agrupados entre chaves.

JUSTIFICATIVA - Certo. Cada objeto JSON é representado como uma lista de nomes e valores de propriedade entre colchetes, no seguinte formato:
{ NomePropriedade1: valor1 , NomePropriedade2: valor2 }

- 110** No Git, a informação é tratada como um conjunto de arquivos, sendo a primeira versão armazenada de forma completa, e apenas as mudanças são armazenadas nas versões seguintes.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Git não trata nem armazena seus dados da forma descrita. Em vez disso, o Git trata seus dados mais como um conjunto de imagens de um sistema de arquivos em miniatura. Toda vez que a pessoa fizer um *commit*, ou salvar o estado de seu projeto no Git, ele basicamente tira uma foto de todos os seus arquivos e armazena uma referência para esse conjunto de arquivos. Para ser eficiente, se os arquivos não foram alterados, o Git não armazena o arquivo novamente, apenas um *link* para o arquivo idêntico anterior já armazenado. O Git trata seus dados mais como um fluxo do estado dos arquivos.

- 111** Em DevOps, instalação e configuração das aplicações compõem uma das etapas do provisionamento de um servidor.

JUSTIFICATIVA - Errado. O provisionamento de um servidor envolve as seguintes etapas:

- 1) Compra de *hardware*: em empresas grandes, essa etapa inicia um processo de aquisição, que envolve diversas justificações e aprovações pois investir dinheiro em *hardware* influi na contabilidade e no planejamento financeiro da empresa.
- 2) Instalação física do *hardware*: essa etapa envolve montar o novo servidor num *rack* no *data center*, assim como instalação de cabos de força, de rede etc.
- 3) Instalação e configuração do sistema operacional: uma vez que o servidor é ligado, é preciso instalar um sistema operacional e configurar os itens básicos de *hardware* como: interfaces de rede, armazenamento (disco, partições, volumes em rede), autenticação e autorização de usuários, senha de *root*, repositório de pacotes etc.
- 4) Instalação e configuração de serviços comuns: além das configurações base do sistema operacional, muitos servidores precisam configurar serviços de infraestrutura básicos como: DNS, NTP, SSH, coleta e rotação de *logs*, *backups*, *firewall*, impressão etc.

Julgue os itens a seguir, a respeito de *elasticsearch* e grafos.

- 112** Em um grafo, um componente conectado é um conjunto de vértices que estão conectados entre si.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um componente conectado em um grafo é definido como um subgrafo de nós (ou vértices) que se conectam entre si e nenhum outro nó no grafo principal maior. Um componente conectado é isolado de todos os outros componentes conectados no grafo principal. Isso significa que quaisquer dois nós que pertençam ao mesmo componente conectado devem compartilhar um relacionamento. O menor número de ID entre os nós em um subgrafo é usado para rotular o componente conectado ao qual pertence.

- 113** O *elasticsearch* utiliza, por padrão, o algoritmo de pontuação BM25.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Elasticsearch SQL otimiza todas as consultas executadas no Elasticsearch dependendo das necessidades de pontuação. Usando *track_scores* na solicitação de pesquisa ou classificação *_doc* que desativa o cálculo de pontuações, o Elasticsearch SQL instrui o Elasticsearch a não calcular pontuações quando elas não forem necessárias. Por exemplo, sempre que uma função *SCORE()* é encontrada na consulta SQL, as pontuações são calculadas. Antes de pontuar os documentos, o Elasticsearch primeiro reduz o conjunto de documentos candidatos aplicando um teste booleano que inclui apenas os documentos que correspondem à consulta. Uma pontuação é então calculada para cada documento deste conjunto, e essa pontuação determina como os documentos são ordenados. A pontuação representa a relevância de um determinado documento para uma consulta específica. O algoritmo de pontuação padrão usado pelo Elasticsearch é o BM25.

Julgue os itens subsequentes, com relação a controle de proteção, integridade, concorrência e bloqueio de transações do SGBD e de governança de dados por meio da metodologia do DAMA-DMBOK.

- 114** A equipe do programa de qualidade de dados é responsável por conduzir o trabalho de aplicação de técnicas de gerenciamento de qualidade aos dados a fim de garantir que eles sejam adequados para consumo para diversas finalidades.

JUSTIFICATIVA - Certo. O gerenciamento formal da qualidade dos dados é semelhante ao gerenciamento contínuo da qualidade para outros produtos. Inclui o gerenciamento de dados ao longo de seu ciclo de vida, estabelecendo padrões, incorporando qualidade aos processos que criam, transformam e armazenam dados e medindo os dados em relação aos padrões. O gerenciamento de dados nesse nível geralmente requer uma equipe do programa de qualidade de dados. A equipe do programa de qualidade de dados é responsável por envolver profissionais de gerenciamento de dados técnicos e de negócios e por conduzir o trabalho de aplicação de técnicas de gerenciamento de qualidade aos dados para garantir que os dados sejam adequados para consumo para diversas finalidades.

- 115** Na propriedade de isolamento de um sistema de banco de dados, há dois casos possíveis para operações de transação: ou todas são refletidas adequadamente no banco de dados, ou nenhuma delas é refletida.

JUSTIFICATIVA - Errado. Exige-se que o sistema de banco de dados mantenha, entre outras, a propriedade de Isolamento das transações: Mesmo que múltiplas transações possam ser executadas simultaneamente, o sistema garante que, para cada par de transações Ti e Tj, parece a Ti que ou Tj terminou a execução antes de Ti começar ou Tj iniciou a execução depois de Ti terminar. Assim, cada transação desconhece outras transações executadas simultaneamente no sistema.

No que se refere a *Big Data*, *data lake*, *business intelligence* e *data warehousing*, julgue os itens seguintes.

- 116** Em *data warehouses*, atributos na tabela de fatos classificados como atributos de medida armazenam informações quantitativas que podem ser agregadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os *data warehouses* normalmente possuem esquemas projetados para análise de dados, usando ferramentas como ferramentas OLAP. As relações em um esquema de *data warehouse* geralmente podem ser classificadas como tabelas de fatos e tabelas de dimensões. As tabelas de fatos registram informações sobre eventos individuais, como vendas, e geralmente são muito grandes. Uma tabela que registra informações de vendas de uma loja de varejo, com uma tupla para cada item vendido, é um exemplo típico de tabela de fatos. Os atributos na tabela de fatos podem ser classificados como atributos de dimensão ou atributos de medida. Os atributos de medida armazenam informações quantitativas, que podem ser agregadas; os atributos de medida de uma tabela de vendas incluiriam o número de itens vendidos e o preço dos itens.

- 117** *Data lake* é um repositório onde os dados podem ser armazenados em vários formatos, incluindo-se registros estruturados e formatos de arquivo não estruturados.

JUSTIFICATIVA - Certo. O termo *data lake* é usado para se referir a um repositório onde os dados podem ser armazenados em vários formatos, incluindo-se registros estruturados e formatos de arquivo não estruturados. Ao contrário dos *data warehouses*, os *data lakes* não exigem esforço inicial para pré-processar os dados, mas exigem mais esforço ao criar consultas. Como os dados podem ser armazenados em muitos formatos diferentes, as ferramentas de consulta também precisam ser bastante flexíveis. Apache Hadoop e Apache Spark são ferramentas populares para consultar esses dados, pois oferecem suporte à consulta de dados estruturados e não estruturados.

- 118** *Business intelligence* é uma técnica utilizada para organizar dados em tabelas relacionadas a fatos e ocorrências, para otimizar as transações de inclusão.

JUSTIFICATIVA - Errado. O *business intelligence* (BI) combina análise empresarial, mineração de dados, visualização de dados, ferramentas/infraestrutura de dados e práticas recomendadas para ajudar as organizações a tomar decisões impulsionadas por dados.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de SQL e das técnicas para detecção de problemas e otimização de desempenho do SGDB e de consultas SQL.

- 119** Os índices de árvore B alteram a forma como os dados são armazenados em um banco de dados, pois esses índices classificam as linhas de acordo com a coluna em que o índice aparece.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os índices de árvore B são semelhantes aos índices de árvore B+. A principal distinção entre as duas abordagens é que uma árvore B elimina o armazenamento redundante de valores de chaves de pesquisa. Uma árvore B permite que os valores da chave de pesquisa apareçam apenas uma vez (se forem únicos), ao contrário de + uma árvore B, onde um valor pode aparecer em um nó não-folha, além de aparecer em um nó folha. Como as chaves de pesquisa não são repetidas na árvore B, podemos armazenar o índice em menos nós da árvore do que no índice da árvore B+ correspondente. Entretanto, como as chaves de busca que aparecem em nós não-folha não aparecem em nenhum outro lugar da árvore B, somos forçados a incluir um campo de ponteiro adicional para cada chave de busca em um nó não-folha. Esses ponteiros adicionais apontam para registros de arquivo ou blocos para a chave de pesquisa associada.

- 120** Considere-se o trecho de código em SQL a seguir.

```
create table tabela (a integer,
b numeric(4,2), c char(10));
insert into tabela (a,b,c) values (4,3,5);
insert into tabela (a,c) values (5,5);
insert into tabela (b,c) values (5,3);
insert into tabela (c) values (7);
insert into tabela (b) values (7);
select avg(a),avg(b) from tabela;
```

Executando-se esse código, obtém-se o resultado a seguir.

```
avg |avg |
-----+-----+
4 |5 |
```

JUSTIFICATIVA - Errado.

```
create table tabela (a integer, b numeric(4,2), c char(10));
insert into tabela (a,b,c) values (4,3,5);
insert into tabela (a,c) values (5,5);
insert into tabela (b,c) values (5,3);
insert into tabela (c) values (7);
insert into tabela (b) values (7);
select avg(a),avg(b) from tabela;
```

Executando-se as expressões SQL acima tem como resultado:

```
avg |avg |
-----+-----+
4.5 |5 |
```

Julgue os itens a seguir, a respeito de formatos e tecnologias XML, JSON e CSV.

- 121** XML é uma linguagem de marcação para a criação de documentos com dados organizados hierarquicamente e pode ser utilizada para compartilhar informações entre computadores.

JUSTIFICATIVA - Certo. XML é uma linguagem de marcação recomendada pela W3C1 para a criação de documentos com dados organizados hierarquicamente, tais como textos e banco de dados. A linguagem XML é classificada como extensível porque permite definir os elementos de marcação. Apresenta uma sintaxe básica que pode ser utilizada para compartilhar informações entre diferentes computadores e aplicações. Quando combinada com outros padrões, torna possível definir o conteúdo de um documento separadamente de seu formato, tornando simples reutilizar o código em outras aplicações para diferentes propósitos.

- 122** Na formatação de arquivos do tipo JSON, utilizam-se colchetes para delimitar objetos, sendo eles obrigatórios para iniciar e encerrar conteúdo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Colchetes são usados para indicar um *array*, as chaves que são usadas para delimitar os objetos e obrigatórias para iniciar e encerrar o conteúdo.

- 123** O arquivo no formato CSV suporta delimitação das colunas por vírgula (,), mas não por ponto e vírgula (;).

JUSTIFICATIVA - Errado. Arquivos CSV podem usar muitos tipos de delimitadores, tais como ponto e vírgula, vírgula, aspas, entre outros.

No que se refere a *machine learning*, julgue os itens seguintes.

- 124** Uma das consequências da utilização da técnica de redução da dimensionalidade é a complexidade da análise.

JUSTIFICATIVA - Errado. A técnica de redução da dimensionalidade deve ser usada para reduzir a complexidade da análise.

- 125** O algoritmo Naive Bayes é utilizado para categorizar palavras com base na frequência; um exemplo do uso desse algoritmo é a classificação de *e-mails* como *spam*.

JUSTIFICATIVA - Certo. O algoritmo Naive Bayes é um classificador probabilístico baseado em Teorema de Bayes, capaz de categorizar palavras com base na frequência, sendo muito utilizado para mecanismos de *anti-spam*.

Acerca da linguagem Python, julgue os itens subsecutivos.

- 126** Os operadores `=` e `==` são utilizados para atribuir valores a variáveis.

JUSTIFICATIVA - Errado. O operador `=` (igual) é capaz de atribuir valores a variáveis, já o operador `==` é utilizado para verificar se um valor é igual ao outro.

- 127** Considere-se que o arquivo `script.sh` esteja no mesmo diretório de execução do trecho de código apresentado a seguir.

```
arquivo = open('script.sh')
print(arquivo)
```

A partir dessa consideração, infere-se que a execução desse código terá como resultado a impressão em tela do conteúdo da variável `arquivo`.

JUSTIFICATIVA - Errado. O código Python utiliza o método `open`, que somente tem a função de abrir o arquivo para ser manipulado para leitura ou escrita, o comando `print()` imprimirá em tela as características da variável `arquivo`. Para ler o conteúdo da referida variável, utiliza-se o comando `print(arquivo.read())`.

- 128** Considere-se o código a seguir.

```
numeros = (1, 5, 7, 35, 50, 75, 80, 90)
print(numeros[4])
```

Ao se executar o código apresentado, o resultado será a impressão em tela do valor 50.

JUSTIFICATIVA - Certo. As tuplas em Python iniciam na posição zero, então dessa forma a quinta posição da esquerda para direita será o número 50.

Julgue os próximos itens, no que se refere à biblioteca Pandas.

- 129** Os métodos `head()` e `tail()` são usados para visualizar, respectivamente, as primeiras e as últimas posições de um objeto Pandas.

JUSTIFICATIVA - Certo. É possível visualizar pequenas amostras de um objeto `DataFrame` por exemplo, usando os métodos `head()` e `tail()`.

https://pandas.pydata.org/docs/user_guide/10min.html#viewing-data – Acessado em 08/10/2023

- 130** A classe `pandas.Series()` é usada para criar e manipular matrizes coluna, enquanto a classe `pandas.DataFrame()` é usada para criar e manipular matrizes multidimensionais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Realmente são disponibilizadas classes para manipulação dos dados, os nomes são `Series` e `DataFrame`. `Series` se refere a uma matriz unidimensional, `DataFrame` se refere a uma estrutura de dados bidimensional.

https://pandas.pydata.org/docs/user_guide/10min.html#viewing-data – Acessado em 07/10/2023

Acerca de gestão de segurança da informação, julgue os itens a seguir, com base na NBR ISO/IEC 27001:2013.

- 131** A organização deverá realizar avaliações de riscos de segurança da informação somente quando alterações significativas ocorrerem.

JUSTIFICATIVA - Errado. A organização deve realizar avaliações de riscos de segurança da informação a intervalos planejados ou quando ocorram ou sejam propostas mudanças significativas.

- 132** A organização deverá assegurar que os processos terceirizados estejam determinados e que também sejam controlados.

JUSTIFICATIVA - Certo. A organização deve assegurar que os processos terceirizados estão determinados e são controlados.

A respeito do OAuth 2.0 e de *tokens*, julgue os itens a seguir.

- 133** Os *tokens* `Sender-constrained` exigem que, para usar o *token* de acesso, o cliente OAuth prove, de alguma forma, a posse de uma chave privada, de modo que o *token* de acesso por si só não seja utilizável.

JUSTIFICATIVA - Certo. O OAuth trabalha com dois tipos de *tokens*. No caso do `Sender-constrained` *tokens*, é exigido que o cliente OAuth prove a posse de uma chave privada de alguma forma para usar o *token* de acesso. Isso para que o *token* de acesso por si só não seja utilizável para autenticação.

- 134** Os *tokens* de acesso devem ser lidos e interpretados pelo cliente OAuth, que é o público-alvo do *token*.

JUSTIFICATIVA - Errado. Há uma série de propriedades de *tokens* de acesso que são fundamentais para o modelo de segurança do OAuth. Os *tokens* de acesso não devem ser lidos ou interpretados pelo cliente OAuth. O cliente OAuth não é o público-alvo do *token*.

Julgue os itens subsequentes, relativos às características de vulnerabilidades em aplicações.

- 135** Referências inseguras a objetos permitem aos atacantes ignorar a autorização e acessar recursos diretamente no sistema, por exemplo, o acesso a registros ou a arquivos de banco de dados, conforme a característica do sistema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Referências diretas a objetos (IDOR) inseguras ocorrem quando um aplicativo fornece acesso direto a objetos com base na entrada fornecida pelo usuário. Como resultado dessa vulnerabilidade, os invasores podem ignorar a autorização e acessar recursos diretamente no sistema, por exemplo, registros ou arquivos de banco de dados.

- 136** O ataque de injeção LDAP é restrito ao sistema *Active Directory* da Microsoft; o sistema *OpenLDAP* possui filtros nativos contra injeção de código malicioso.

JUSTIFICATIVA - Errado. Injeção LDAP é um ataque usado para explorar aplicativos baseados na Web que constroem instruções LDAP com base na entrada do usuário. Ele não é restrito ao *Active Directory*. Pode ocorrer em qualquer sistema LDAP porque a falha está na sanitização de entrada de dados da aplicação.

No que se refere a ataques a redes de computadores, julgue os próximos itens.

137 DNS *spoofing* é considerado um tipo de ataque *eavesdropping*.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um ataque *eavesdropping* ocorre quando se interceptam, excluem ou modificam dados transmitidos entre dois dispositivos, que é o caso do DNS *spoofing*, cuja efetividade depende de comunicações de rede inseguras.

138 DNS *spoofing* é uma técnica que envolve a manipulação de registros DNS por um atacante de maneira a direcionar o usuário a um destino diferente do desejado originalmente.

JUSTIFICATIVA - Certo. DNS *spoofing* é um tipo de ataque em que ocorre a manipulação de registros DNS em favor do atacante. Normalmente, o ataque, quando bem sucedido, é capaz de redirecionar o usuário para um destino controlado pelo atacante.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito de assinatura e certificação digital.

139 Recomenda-se que o algoritmo simétrico RC4 seja utilizado com certificados digitais devido a sua resistência contra ataques a chaves não randômicas.

JUSTIFICATIVA - Errado. O algoritmo RC4 é considerado inseguro para uso em certificados digitais dadas as vulnerabilidades no uso de chaves não randômicas.

140 MD5 é um tipo de algoritmo de *hash* que, utilizado em assinatura digital, é atualmente considerado seguro.

JUSTIFICATIVA - Errado. O MD5 é, de fato, utilizado em assinatura digital, mas é considerado inseguro atualmente.

Julgue o próximo item, relativo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

141 A responsabilidade pela elaboração do PDTI é da alta administração, e, a despeito de suas características de plano tático, é desnecessário observar seu alinhamento ao Plano Estratégico de TI (PETI).

JUSTIFICATIVA - Errado. Não prescinde, deve estar alinhado ao PETI. O planejamento tático, por sua vez, é um método administrativo que objetiva gerar resultado em determinada área de resultado (TI, *Marketing*, Financeiro etc.) e não a organização como um todo. Deste modo, trabalha com a decomposição dos objetivos e estratégias definidos no planejamento estratégico em objetivos, e iniciativas mais específicas de uma área.

O PDTI também descreve o comportamento esperado da TI pela alta administração. Por isso é que a responsabilidade pela elaboração do PDTI é da alta administração. É ela que tem que prover governança de TI, definindo o que se espera da área de TI. Uma consequência disso é que o PDTI não é um instrumento de gestão apenas da área de TI. É de toda a organização. O PDTI tem a característica de ser um plano tático, embora alguns métodos prescrevam alguns elementos estratégicos na sua construção, como é o caso do método SISP que vamos estudar mais adiante.

Por sua característica tática, deve-se observar o alinhamento deste com os planos estratégicos: plano estratégico institucional (PEI) e plano estratégico de TI (PETI).

Apostila ENAP - Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Julgue os itens subsequentes, a respeito de gerenciamento de projetos e gerenciamento de serviços.

142 Desempenho da abordagem de desenvolvimento e do ciclo de vida é um dos domínios do PMBOK 7.^a edição, sendo o resultado esperado desse domínio o alcance de um ciclo de vida de projeto que facilite a abordagem de desenvolvimento necessária para produzir os produtos entregues pelo projeto.

JUSTIFICATIVA - Certo.

DOMÍNIO DE DESEMPENHO DA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO E DO CICLO DE VIDA

A execução efetiva deste domínio de desempenho entrega os seguintes resultados desejados:

Abordagens de desenvolvimento que são consistentes com os resultados do projeto.

Um ciclo de vida de projetos consiste de fases que conectam a entrega de valor de negócios e partes interessadas do início ao fim do projeto.

Um ciclo de vida de projetos consiste de fases que facilitam a abordagem de entrega e desenvolvimento necessária para produzir os produtos entregues pelo projeto.

GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS, 7, 168

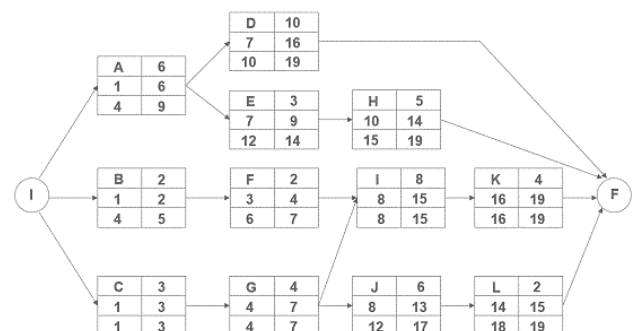
143 A objetivo da prática específica para gerenciamento de projetos da ITIL v4 é garantir que todos os projetos da organização sejam entregues com sucesso, o qual pode ser alcançado por meio de planejamento, delegação, monitoramento e controle de todos os aspectos de um projeto.

JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo da prática de gerenciamento de projetos é garantir que todos os projetos da organização sejam entregues com sucesso. Isso é conseguido por meio de planejamento, delegação, monitoramento e controle de todos os aspectos de um projeto e pela motivação das pessoas envolvidas.

The purpose of the project management practice is to ensure that all projects in the organization are successfully delivered. This is achieved by planning, delegating, monitoring, and maintaining control of all aspects of a project, and keeping the motivation of the people involved.

ITIL 4, 128.

144 Considere-se que, no diagrama de rede a seguir, as letras A, B, ..., L correspondam a tarefas cuja duração é especificada pelo número à direita, ou seja, se o número à direita da tarefa X for 2, então a tarefa X terá duração de dois dias.



Com base no diagrama precedente, infere-se, após a análise do caminho crítico, que o caminho C-G-I-K representa a menor duração possível para o projeto.

JUSTIFICATIVA - Certo. crítico / Critical Path. A sequência de atividades que representa o caminho mais longo de um projeto, que determina a menor duração possível.

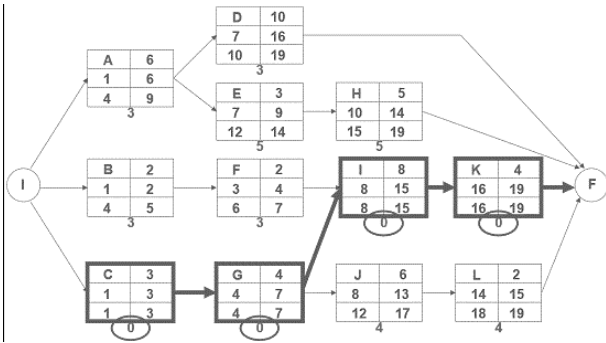
Glossário PMBOK 7, 101

Abordagem adaptativa / Adaptive Approach. Uma abordagem de desenvolvimento em que os requisitos estão sujeitos a um alto nível de incerteza e volatilidade e podem mudar ao longo do projeto.

Glossário PMBOK 7, 100

Figura

<https://escritoriodeprojetos.com.br/metodo-do-caminho-critico/>



Julgue os próximos itens, relativos à governança de TI e à qualidade de *software*.

- 145** Embora não haja processo específico para o gerenciamento de riscos no COBIT 2019, o processo segurança gerenciada visa integrar o gerenciamento do risco corporativo relacionado à TI com o gerenciamento geral de risco corporativo, aliado à gestão de controle de incidentes de segurança da informação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Possui ambos os processos: APO12 Managed Risk e 13 Managed Security

APO12 Managed Risk

Integre o gerenciamento do risco corporativo relacionado à I&T com o gerenciamento geral de risco corporativo (ERM) e equilibre os custos e benefícios do gerenciamento do risco corporativo relacionado à I&T.

APO13 Managed Security

Mantenha o impacto e a ocorrência de incidentes de segurança da informação dentro dos níveis de apetite de risco da empresa.

COBIT 2019, 53

- 146** De acordo com o MPS.BR 2021, para se alcançar o nível C - Totalmente Definido, deve-se incluir o processo gerência de decisões, e, nesse nível, os processos são implementados como um processo padrão definido e adaptável.

JUSTIFICATIVA - Certo.

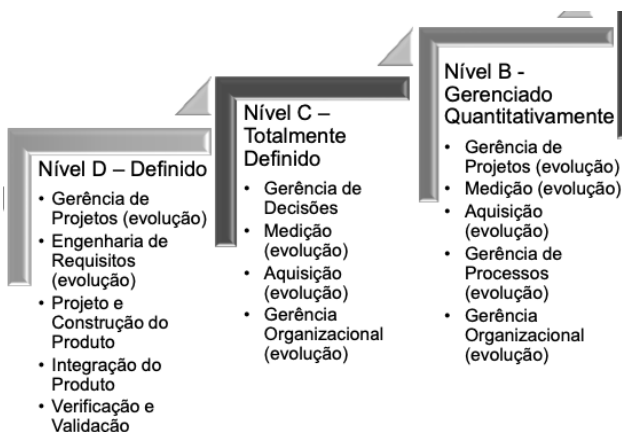
8.1.3 Capacidade do Processo Níveis E/D/C (CP-E/D/C) – O processo é definido

Neste nível de capacidade, o processo que era gerenciado passa a ser implementado como um processo padrão definido e adaptável. Esse nível de capacidade inclui o nível de capacidade anterior e seus resultados esperados.

Nível C – Totalmente

Definido

- Gerência de Decisões
- Medição (evolução)
- Aquisição (evolução)
- Gerência Organizacional (evolução)



- 147** Em que pese não haver processo específico para gerenciar mudanças organizacionais no COBIT 2019, o processo mudança gerenciada permite maximizar a probabilidade de implementar com sucesso mudanças organizacionais sustentáveis em toda a empresa, de forma rápida e com risco reduzido.

JUSTIFICATIVA - Errado. Existe processo específico para gerir mudanças organizacionais.

05 Managed Organizational Change

Maximize a probabilidade de implementar com sucesso mudanças organizacionais sustentáveis em toda a empresa rapidamente e com risco reduzido. Cubra todo o ciclo de vida da mudança e todas as partes interessadas afetadas nos negócios e na TI. COBIT 187

Julgue os itens que se seguem, relativos à NBR ISO/IEC n.º 38500:2015 e à Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

- 148** A NBR ISO/IEC n.º 38.500:2015 estabelece princípios para o uso aceitável de TI, sendo as estruturas de governança nos órgãos que seguem esses princípios auxiliadas na gestão de riscos e no incentivo à exploração de oportunidades decorrentes do uso da TI.

JUSTIFICATIVA - Certo. Esta Norma estabelece princípios para o uso efetivo, eficiente e aceitável de TI. As estruturas de governança, ao assegurarem que suas organizações sigam esses princípios, são auxiliadas na gestão de riscos e no incentivo à exploração de oportunidades decorrentes do uso da TI. A boa governança da TI também auxilia as estruturas de governança a assegurarem a conformidade com as obrigações (regulamentares, legislativas, contratuais) quanto ao uso aceitável da TI.

ISO/IEC 38500, 5

- 149** De acordo com Lei de Acesso à Informação, desde que atendidas as exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades do poder público.

JUSTIFICATIVA - Errado. É vedada esta exigência.

Do Pedido de Acesso

“Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1.º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

(...)

§ 3.º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

- 150** De acordo com a Lei n.º 12.527/2011, cabe à União, aos estados e ao Distrito Federal a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observadas a sua disponibilidade, autenticidade e integridade, prescindindo-se, neste caso, da restrição de acesso.

JUSTIFICATIVA - Errado. Não prescinde, inclui.

“Art. 6.º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.”

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Um órgão público deseja contratar um sistema de gestão de pessoas que contemple módulo de folha de pagamentos, gestão de frequência e férias. O objeto da contratação prevê o fornecimento de licenças, a implantação da solução em infraestrutura própria do órgão público, a capacitação de usuários e o suporte técnico pelo período de 36 meses. A pesquisa de preços, realizada a partir da solução definida no estudo técnico preliminar, resultou em um valor médio de R\$ 300 mil e, conforme edital, o critério de julgamento das propostas será pelo menor preço.

Com base no cenário hipotético precedente, julgue os itens a seguir.

- 151** Caso a licitação seja frustrada pelo fato de as propostas apresentadas consignarem valores manifestamente superiores aos praticados no mercado, o órgão poderá, no prazo de um ano, dispensar nova licitação se mantidas as mesmas condições do edital.

JUSTIFICATIVA - Certo. Ainda que o valor estimado seja superior aos limites estabelecidos para dispensa de licitação, à luz do art. 75, III “b” da Lei n.º 14.133/2021, o órgão pode dispensar nova licitação caso a anterior seja frustrada pela apresentação de propostas manifestamente superiores aos valores praticados pelo mercado.

- 152** O estudo técnico preliminar é prescindível caso o órgão decida aderir a uma ata de registro de preços.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 9.º, § 3.º, da IN SDG 94/2022, o órgão deve registrar no ETP o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública no caso de adesão à ata de registro de preço.

- 153** A seleção do fornecedor deverá ser realizada na fase de planejamento, pela equipe de planejamento da contratação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a IN SGD 94/2022, a seleção de fornecedor é uma fase e não uma atividade (art. 8, II) e é conduzida pela área de licitação (art. 27).

- 154** Independentemente de justificativa, na pesquisa de preço para a estimativa do valor da licitação, não é necessário considerar as contratações similares realizadas pela administração pública, desde que seja realizada com três fornecedores distintos e com menos de seis meses antes da divulgação do edital.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme disposto no art. 5.º, § 1.º, da IN SEGES 65/2021 e no art. 20, § 1.º, da IN SGD 94/2022, a pesquisa de preço de contratações públicas similares deve ser priorizada, devendo-se justificar a impossibilidade de utilizá-la.

- 155** O valor estimado da licitação poderia ser mantido em sigilo, não sendo publicado no edital, com vistas à obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme disposto no art. 10 da IN SEGES 65/2021 e no *caput* do art. 24 da Lei n.º 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação pode ser mantido em sigilo, desde que justificado e desde que o critério de julgamento não seja o maior desconto.

- 156** Apesar de o pregão eletrônico ser obrigatório para a contratação de soluções de TI que se enquadrem como bens e serviços comuns, no caso hipotético, o objeto da contratação permitiria ao órgão adotar a modalidade de licitação denominada diálogo competitivo.

JUSTIFICATIVA – Errado. O objeto da contratação não preenche os requisitos que autorizam a modalidade de licitação diálogo competitivo, previstos no art. 32, I, da Lei n.º 14.133/2021.

Pedro, servidor efetivo de determinado órgão público, com formação em segurança da informação, participou da equipe de planejamento para a contratação de serviço de TI, na condição de integrante técnico. O objeto da contratação consistia na implantação e monitoramento de soluções de cibersegurança. Após regular processo licitatório, o resultado foi homologado e a empresa XYZ Tecnologia e Segurança Digital, cujo presidente e sócio-administrador é primo de Pedro, firmou contrato com o órgão público.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 157** O parentesco entre Pedro e o presidente da empresa contratada não constitui impedimento para a contratação da empresa XYZ Tecnologia e Segurança Digital.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 14, IV, da Lei 14.133 veda a participação em licitação ou contratação daquele que tenha parentesco, até 3.º grau, com agente público que desempenhe função na licitação, gestão ou fiscalização do contrato. Nenhum desses requisitos está presente no caso hipotético, uma vez que Pedro participou como integrante técnico da equipe de planejamento e seu parentesco com o presidente da empresa contratada é de quarto grau.

- 158** Em observância ao princípio da segregação de funções, Pedro não poderá exercer nenhuma função de fiscalização do contrato.

JUSTIFICATIVA - Errado. O servidor que integrar a equipe de planejamento da contratação poderá exercer o papel de fiscal técnico, requisitante ou administrativo do contrato, conforme disposto no art. 29, § 2.º, da IN SGD 94/2022.

- 159** Se a empresa XYZ Tecnologia e Segurança Digital violar quaisquer das obrigações contratuais durante o período de execução do contrato, caberá ao gestor do contrato tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme estabelece o art. 33, inciso I, alínea “i”, da IN SGD94/2022, compete ao gestor do contrato adotar as providências necessárias para a aplicação de sanções à contratada.

- 160** A natureza do contrato exige que o preposto seja apresentado pelo representante legal da empresa XYZ Tecnologia e Segurança Digital na reunião inicial convocada pelo gestor do contrato.

JUSTIFICATIVA - Certo. A apresentação de preposto da contratada é uma formalidade dispensável apenas quando o contrato versar exclusivamente sobre o fornecimento de bens de TIC, conforme disposto no art. 31, parágrafo único, da IN SGD 94/2022

Espaço livre